

A busca de uma nova forma do agir humano: o MST e seu ato teleológico

Marlene Grade¹

Idaleto Malvezzi Aued²

RESUMO

Ao apresentarmos o ato teleológico do capital como característica singular do modo de produção capitalista, o que buscamos destacar, primeiramente, neste artigo, é que o comportamento humano burguês é determinado pelo futuro e não mais pelo passado ou pelo presente. O pressuposto de nossa argumentação é de que essa forma consciente de produzir a vida presente pela expectativa do futuro, teleologia, é o que há de mais avançado no modo de produção capitalista. Não obstante, à medida em que esse processo burguês vai se explicitando, os homens vão se desvalorizando abaixo do nível do ser bruto. O MST apresenta-se em nossa sociedade como a efetivação da alma, da razão burguesa sem que em seu ato teleológico valorize-se a riqueza em si e para si. O ato teleológico do MST pode ser concebido como uma tentativa de superação da ordem vigente, da sociedade burguesa. Apesar disso, o MST ainda não construiu o seu elemento teleológico, ele sabe o que não quer ser, mas não sabe o que será.

Palavras chaves: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ato teleológico, vir-a-ser.

ABSTRACT

What we aim presenting the teleological act of capital as a unique characteristic of the capitalist production model is that the bourgeois human behavior is determined by the future; no longer by past or present. The pretext of our reasoning is that this conscious form of producing the present life by most advanced in the capitalist production model. As this bourgeois process gets clear, the human being gets devaluated reaching a level under the rough being. The Landless Workers Movement (MST) comes up in this society as an act that renders affect to the soul, to the bourgeois reason, not having in its teleological act richness valued in it and for it. The MST teleological act is to move ahead the current order, the one played by the bourgeois society; the movement, however, has not built its teleological element yet. It knows what it does not want to be, but does not know what will be.

Key words: Landless Workers Movement, Teleological Act, might-be.

APRESENTAÇÃO

O modo de produção capitalista (MPC) pode ser caracterizado por diversas singularidades, tais que: a) pela existência de duas classes sociais que se relacionam antagonicamente na busca pela produção e apropriação da riqueza social, burguesia e proletariado; b) pela constituição de um Estado que expressa a necessidade de acumulação do capital em benefício da classe proprietária dos meios de produção; c) pela produção de riqueza na dimensão e diversidade que a humanidade até então não conhecera; d) pela miséria

¹ Professora do Departamento de Economia da UFRR e Doutoranda em Geografia pela UFSC. E-mail: mcmarlene@uol.com.br

² Professor Titular do Departamento de Economia da UFSC. E-mail: Idaleto@cse.ufsc.br

de milhares e milhares de seres humanos (humanos?), decorrente de condições eminentemente sociais e não mais naturais como o fora outrora; e) pela universalização dos nexos e das mediações sociais pelas quais o tempo e o espaço são comprimidos numa velocidade medida em ano luz, pois o segundo e o metro dão mostras de não mais serem capazes de se manter como unidades padrão de medidas universalmente aceitas e aptas a quantificarem os percursos da mobilidade dos homens e das coisas no processo mundial ou global de valorização do capital. Porém, e para o propósito de nossa argumentação, o elemento engendrado pelo modo de produção capitalista que o faz específico, e que o situa como momento histórico singular desvelador da essência universal do homem, é o ato teleológico dos capitalistas engendrarem a produção da própria sociedade burguesa em si e para si.

O ato teleológico, no modo de produção capitalista em sua fase madura, isto é, quando o processo material da produção dos homens se configura como maquinaria e grande produção industrial, fenômeno verificado inicialmente na Europa Ocidental a partir do fim do século XVIII, ou como se convencionou chamá-lo, Revolução Industrial Inglesa, manifesta-se na ação consciente dos capitalistas na busca da valorização de sua propriedade privada, ao ser produzida a mais-valia.

Ao se moverem pela valorização do capital, os capitalistas têm no futuro seu ponto de partida, ele só atua no presente na medida em que este futuro lhe condiciona os atos que efetivam e certificam sua razão. Assim é que, quando da transmutação de sua riqueza em forma abstrata, dinheiro em capital, os capitalistas compram força de trabalho e meios de produção. Mas ao comprarem estas mercadorias, o fazem não porque são valores-de-uso que lhes dão prazer e gozo (*jus utendi et abutendi*), mas sim porque são elementos materiais necessários à valorização da sua propriedade privada. A valorização, embora seja um ato teleológico, já está materializada na magnitude dos elementos adquiridos pelos capitalistas, pois a quantidade de meios de produção comprados é adequada à materialização da magnitude do trabalho, previamente acordado entre os capitalistas e os trabalhadores, por ocasião da contratação da força de trabalho.

O ato da produção de mercadoria, ou seja, a materialização da força de trabalho nos meios de produção, nada mais é do que a efetivação do ato teleológico dos capitalistas na valorização do capital. A mercadoria produzida é a concretização deste processo, que é certificada por ocasião da sua venda aos consumidores, isto é, o dinheiro transformado em dinheiro acrescido de mais dinheiro.

A teleologia se efetiva como ato social acabado, completo, no comportamento dos capitalistas que aplicam não mais sua própria riqueza, mas, sim, a riqueza de outros proprietários, para valorizar a sua propriedade privada no mercado, o qual tem o dinheiro como mercadoria. Muitos teóricos chamam a este ato econômico de especulação financeira.

Assim sendo, a teleologia se explicita com toda sua pureza quando a natureza do modo de produção capitalista se humaniza no comportamento do capitalista financeiro. Humanizar aqui entendido como o comportamento imposto pela valorização do capital, visto que o capital não dispõe de braços, pernas e cabeça, ainda que seja cheio de vontades. Desse modo, o capital se apropria dos homens para se constituir como ser social. A valorização do capital na sua plenitude é a produção de mais dinheiro com dinheiro. Entretanto, o dinheiro previamente adiantado para engendrar mais dinheiro é de propriedade de miríades de proprietários privados e não de quem o aplica diretamente no mercado financeiro especulativo.

Ao apresentarmos esta característica singular do modo de produção capitalista, buscamos chamar a atenção para o fato de que, no ato teleológico do capital, é que o comportamento humano burguês é determinado, condicionado e influenciado pelo futuro e, não mais, pelo passado ou pelo presente. O comportamento humano motivado pelo passado e pelo presente é uma característica dos povos pré-capitalistas, razão pela qual admitimos que a sociedade capitalista é aquela na qual é engendrada a característica primeira do homem produzir sua existência conscientemente (teleologia), ainda que seu produto seja a valorização da propriedade privada como capital.

A título de exemplificação, lembremos que quando o capitalista se propõe a produzir um carro, ele já sabe que carro que ele quer obter. As atividades de transformar e controlar a natureza são determinadas pelo carro que ele deseja produzir. A matéria prima, a matéria secundária e as matérias auxiliares serão engendradas para produzir o carro que se quer no futuro. Então, o nexa, a mediação, isto é, as forças produtivas, a razão burguesa, a alma burguesa, a natureza burguesa, que é o produto mais acabado do modo de produção capitalista, é a atividade consciente no presente para efetivar, passo a passo, o futuro. A efetivação do futuro no presente, a partir de um futuro idealizado, esperado, programado, desejado, prospectivo, é o produto mais desenvolvido legado à humanidade pela sociedade burguesa. Esta característica é explicitada de forma cabal no fazer científico, quando o homem burguês tem que dominar e controlar as leis naturais em seu benefício, isto é, visando a valorização de seu capital.

Resumindo a discussão: o pressuposto de nossa argumentação é de que essa forma consciente de produzir a vida presente pelo futuro, que estamos definindo em termos de teleologia, é o que há de mais avançado no modo de produção capitalista. O salto histórico do modo de produção capitalista para uma forma superior de sociedade é que, nesta forma de produzir a vida os homens se objetivam em capital, em coisa material e palpável, enfim, em riqueza como produto consciente (teleológico) do agir dos próprios homens.

Mas, ao se objetivar conscientemente como capital, os homens valorizam a riqueza em si e para si. Essa valorização, porém, é feita em detrimento da valorização dos trabalhadores diretos. Assim, enquanto de um lado, a riqueza material é concentrada e centralizada num pólo, de outro, os homens são deixados à própria sorte da lei econômica do capital, cujo produto é a sua desvalorização. Tal desvalorização ocorre porque os produtores diretos são vendedores de sua mercadoria, força de trabalho, e tal como toda mercadoria historicamente determinada, a força de trabalho, é, também, regida pelo princípio da economia política, qual seja, pela redução do seu valor em razão do aumento da produtividade do trabalho social. Conseqüentemente, a valorização da riqueza, de um lado, pressupõe a desvalorização dos assalariados, do outro. É por esse motivo que o desenvolvimento do modo de produção capitalista engendra a centralização do capital e a conseqüente miséria do proletariado, processo a que se pode chamar de “desumanização do homem”.

À medida que esse processo burguês vai se explicitando, vai se tornando aparente, externalizando-se, fazendo-se aparência, os homens vão se desvalorizando abaixo do nível do ser bruto, do ser natural, nem comer como animal ele consegue mais. Prova disso é a disputa por comida que têm de manter com os urubus e ratos nos lixões ou mesmo o lento minguar nos asilos de pobres a que tantos são submetidos, tal a desvalorização posta atualmente

À proporsão que o processo de valorização da riqueza se faz pela centralização do capital e que, ao mesmo tempo, produz a desumanização do homem, a história evidencia que o modo de produção capitalista não mais consegue engendrar as condições sociais para a reprodução dos seres humanos, como o vinha ocorrendo até então. Em assim sendo, restam aos homens duas alternativas: ou retornar às formas antigas de se produzir vida humanamente aceitável, tais como camponeses, artesões, escravos ou, então, construir uma outra que seja capaz de os homens nela viverem adequadamente.

A primeira das alternativas não tem sido aquela que o homem tem buscado para solucionar as contradições engendradas pelo modo de produção capitalista, visto que os meios de produção materiais da vida já se constituem em propriedade privada dos capitalistas, além de que, com o desenvolvimento da base técnica, eles só podem ser operados em comum,

coletivamente, e não mais individualmente. É o caso da eletricidade na atualidade, ela é produzida em grandes unidades industriais (hidrelétricas, termelétricas, etc.) que só podem ser operadas em comum (coletivamente), e cuja propriedade é privada.

A segunda solução ainda se encontra aberta à ação humana, isto é, constitui uma possibilidade à disposição daqueles que não mais encontram na sociedade burguesa as condições para viver adequadamente, ou seja, humanamente.

É neste ponto que situamos o nexo e a mediação entre o modo de produção capitalista e uma sociedade que a substituirá, que é a sociedade do vir-a-ser. O nexo e a mediação estão no ato teleológico engendrado pela sociedade burguesa, porém com uma modificação em seu conteúdo. Enquanto na sociedade burguesa o ato teleológico se objetiva na valorização do capital, na transição para uma outra sociedade, o ato teleológico será o de objetivar o homem no próprio homem, isto é, o homem como produto consciente do próprio homem, tal como fica explicitado nesse passo, que aqui reproduzimos:

La dependencia total, forma natural de la cooperación histórico-universal de los individuos, se convierte, gracias a la revolución comunista, en el control y la dominación consciente sobre estos poderes, que, nacidos de la acción de unos hombres sobre otros, hasta ahora han venido imponiéndose a ellos, aterrándolos y dominándolos, como potencias absolutamente extranas. (Marx e Engels, 1973: 39)

El comunismo se distingue de todos los movimientos anteriores en que echa por tierra la base de todas las relaciones de producción y de intercambio que hasta ahora han existido y por primera vez aborda de um modo conciente todas las premisas naturales como creación de los hombres anteriores, despojándolas de su carácter natural y sometiénolas al poder de los individuos asociados. (Marx e Engels, 1973: 82)

Do exposto, emerge uma questão que temos de enfrentar: de que maneira os homens desvalorizados, no e pelo modo de produção capitalista, adquirem a consciência para a construção teleológica de uma outra sociedade, na qual o produto será o próprio homem, o ser social.

Não basta somente que a desumanização ocorra para que o homem adquira automática consciência da impossibilidade de produzir vida nas condições historicamente dadas. É necessário que a força produtiva do trabalho social tenha alcançado um grau de desenvolvimento tal que não mais pode ser operada individualmente ou localmente, que ela somente possa se manifestar como universalidade histórica, pondo todos os homens em contacto uns com os outros de tal forma que a vida de cada um passe a ser questão de todos e que a vida de todos dependa da práxis de cada um.

Quando esta universalidade histórica é alcançada, a riqueza material para satisfazer as necessidades de todos os homens é um fato histórico que molda a vida dos seres humanos. Nesta condição, a riqueza material universal se defronta com o próprio homem, e ele não pode dispor dela porque não lhe é possível contrapor-lhe como proprietário privado. Ato contínuo, ele se rebela contra sua condição de não poder usar e abusar da riqueza universalmente produzida. Sem vínculo com o produto do trabalho da sociedade, não pode reproduzir-se, mesmo como animal. Desprovido de toda externalidade, material e espiritual, sobra-lhe a vida a ser efetivada. Porém, para efetivá-la, é necessário alimentar-se, habitar algum lugar, vestir-se, enfim, reproduzir-se biologicamente, para se igualar a qualquer animal. Desse modo, mesmo para conseguir estas condições mínimas para reproduzir-se, a vida torna-se um tormento. É por se defrontar com esta impossibilidade de efetivação de sua vida que ele reivindica a participação ao direito à existência. Ao reivindicar esse direito o homem somente poderá fazê-lo modificando as condições dadas.

Como vimos afirmando, no modo de produção capitalista há o processo de se fazer homens desumanizados em vista de que ele se move pela valorização do capital. Ao reivindicar o direito à existência social, esse homem desumanizado apenas pode fazê-lo movido pela razão que é a produção de sua própria vida, e não mais a do capital. O ato teleológico para ele é que a ação do presente é criar esse processo de engendrar-se como homem vivente.

No dizer de Marx, o homem gravitará em torno de si próprio tendo por base a ação consciente (teleológica) da projeção do que se quer construir, condicionando a efetivação do futuro no presente. O que se quer construir no presente, com base no futuro são homens humanizados, e não homens desumanizados.

A mudança, pois, está no que se deseja produzir. No modo de produção capitalista o desejo humano é a valorização do capital, a produção e apropriação da mais-valia, na sociedade do vir-a-ser, o desejo humano é a produção consciente de seres humanos plenamente desenvolvidos, e, com o perdão da redundância lingüística, produção de homens humanizados.

Não se trata de desenvolver a máquina, nem a técnica, nem de desenvolver o capital ou as trocas, o mercado mundial, as cooperativas, os fundos de pensão, os fundos de investimento, as empresas estatais ou a produção de valor-de-uso. Trata-se, antes, de desenvolver essas condições materiais para o homem se emancipar de sua desumanização, quando o homem produz tudo para satisfazer as suas necessidades (o reino da abundância), para então entrar no reino da liberdade.

O MST E A BUSCA POR SUA AFIRMAÇÃO

O MST é a efetivação da alma, do espírito, da natureza, da razão pura do capitalismo que é pegar dinheiro (D) no capital financeiro e aguardar a sua cria, ou seja, o mais dinheiro (D'), o futuro é que move o capitalista no processo de valorização, O MST é esta razão burguesa sem que, entretanto, seu ato teleológico se torne valorização da riqueza em si e para si. Antes o ato teleológico do MST propõe a superação da ordem vigente, da sociedade burguesa. É a melhoria das condições de vida das pessoas, trata-se da construção de um movimento em que coloca no centro de suas próprias preocupações, não a inserção do homem na sociedade vigente, mas a busca por criar formas novas de produção da vida, ainda que ele não saiba exatamente qual seja. Ainda lhe falta, nesse processo, o elemento teleológico, ou seja, ele sabe o que não quer, ser mas não sabe, ainda, o que será. Por isso ele não tem o ato teleológico completo como o tem o capitalista, que tem o lucro como finalidade única.

Assim, o MST não se constitui na construção do homem pelo homem, ainda não é o reino da liberdade. Ele ainda não sabe com precisão em que esferas ele gravita, aí terras, políticas públicas, ecologia – produção agroecológica, etc. ou seja, o homem ainda não está no seu centro. Assim, como ele realiza experimentações constantemente, o que está no seu centro é o seu próprio movimento e é esse movimento que lhe confere vida. Sabe-se o que não se quer ser – portanto não se trata de uma empiria, mas de um ato consciente, embora ainda não se saiba o que será. Portanto não é o vir a ser, não é, ainda, uma teleologia.

O MST vai se legitimando paulatinamente enquanto agente social. A partir do seu próprio movimento, ele passa a se constituir como uma síntese, como um absoluto, que pressupõe o desenvolvimento de uma força produtiva universal que não está nele mesmo e que é própria do modo de produção capitalista. O MST vai aparecendo, então, como consciência de uma força produtiva, que é do modo de produção capitalista, ele então se descola de sua base material local. A dinâmica do novo é o MST como consciência, como idéia.

Pensando na Alemanha do seu tempo, Hegel defendia que a filosofia (como hoje o é o MST, enquanto idéia operante) era a mais avançada força produtiva do modo de produção capitalista, no sentido de ser uma consciência que ainda não dispunha de uma base material apropriada. A base material estava na Inglaterra e em França. Na Alemanha da época de Hegel, essa força ainda era pura idéia, era a filosofia. Por seu turno, o MST não é idéia – é movimento – ou antes, a proposição de construir uma nova sociedade na sua base. Assim, o MST é idéia operante que, por sua vez, é igual a movimento. E, como idéia operante, ou seja,

como movimento, ele tem se mostrado como o que há de mais avançado no modo de produção capitalista, na sua possibilidade e necessidade de auto-superação. Segundo nosso ponto de vista, o MST já é essa idéia hegeliana de uma nova sociedade.

Para que seus “pés” – os assentamentos – se firmem enquanto MST (“idéia” mais avançada) faz-se necessário desenvolver no interior deles as forças produtivas, ou seja a base material. Mas uma base material que corresponda ao MST. E qual é essa base?

O meu presente já é o futuro, que se está concretizando, se efetivando. Não se trata de um plano que se deva esperar para ver se vai ou não se confirmar. O presente já é o futuro – quando o capitalista compra força de trabalho e meios de produção o futuro já se concretiza nesse ato, embora ainda esteja em processo. Para o MST, o ato teleológico, significa produzir vida, homens humanizados. Como esse processo ainda não se efetiva, o MST é ainda consciência em germinação – ato teleológico em germinação.

O MST FAZENDO-SE EM EXPERIMENTOS

O início dos anos 80, do século passado, marca uma novidade histórica brasileira, a qual parece ser indício da construção de um caminho possível à humanização dos homens desvalorizados pelo capital: os expulsos do campo, os desempregados nas cidades etc. No campo, a união consciente dos homens sob a forma de MST, rasga o espesso véu da impossibilidade de superação da ordem burguesa.

A primeira forma desta manifestação teleológica ainda em processo de germinação, deu-se em diversas lutas para a conquista de terras por trabalhadores rurais sem terra em vários estados brasileiros. A mais emblemática delas ocorreu em 1979, nas fazendas Macali e Brilhante, relacionadas com a reserva indígena de Nonoai, no estado do Rio Grande do Sul, que data a origem do acampamento Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, também estado do Rio Grande do Sul. Nesse mesmo período vem à luz a luta dos agricultores que perderam a terra com a construção da barragem de Itaipu, no estado do Paraná.

Essas lutas é que vão, paulatinamente, delineando e estruturando a organização do MST. Esses homens explicitam a desumanização criada pelo modo de produção capitalista no Brasil, mostrando a desnecessidade desses homens para a reprodução ampliada do capital.

O primeiro Encontro Nacional ocorreu no município de Cascavel no estado do Paraná em janeiro de 1984, esse momento representa a fundação e a organização da união consciente de homens desumanizados em busca da sua humanização, muito embora, gravitando ainda, em torno de um constante movimento de experimentos, sob a forma de MST, nos seus

acampamentos, nos seus assentamentos e outras formas de manifestações que ocorrem no campo e nas cidades.

Este ato é similar ao ato teleológico do capitalista, cuja diferença é que enquanto o segundo busca valorizar o seu capital, o primeiro através das suas experimentações busca construir condições de vida de um novo tipo, para além da desumanização.

Constrói-se, então, nesse processo, a estrutura e os objetivos gerais desta luta, os quais foram sendo elaborados e modificados em cada encontro, frutos de mais de 20 anos de organização. De tal forma, que uma das suas características é esse movimento constante tanto dos objetivos quanto da estrutura e da própria organização, que se vêem constantemente transformados, no dia-a-dia, por força da experimentação.

Seus objetivos gerais estão hoje, assim sintetizados:

1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital.
2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade.
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas.
4. Buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.
5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais.
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher³.

Sua forma de organização apresenta a seguinte configuração⁴:



³ disponível em <http://www.mst.org.br>, acessado em 21 de outubro de 2003, às 18:45 horas.

⁴ (MST, 1996. Caderno de Formação n. 23)

Esta forma de organização é à base de sustentação da estrutura do MST⁵



Esses setores atualmente são: 1. Produção, Cooperação e Meio Ambiente; 2. Direitos Humanos; 3. Educação; 4. Gênero; 5. Saúde; 6. Cultura.

Estando o MST já estruturado, com inúmeros assentamentos e acampamentos espalhados por todo o território nacional, constata-se que a condição de homens desumanizados de sua base, não havia sido erradicada com a posse da terra. Nascia, assim, no MST, a preocupação com a manutenção do homem no campo, mas com condições de existência humanizadas. Para isso, passa-se a construir um processo de cooperação na organização da produção, nos assentamentos.

A cooperação, no entendimento do MST, é o ato de juntar ou somar esforços de cada assentado para fazer coisas em conjunto, tais como: a compra de ferramentas, de máquinas, de animais, a produção de lavouras, até chegar ao momento em que toda a terra, todo o capital e todo o trabalho serão geridas em conjunto, o que fará surgir o agricultor familiar cooperado (MST, 1998. Caderno de Cooperação agrícola n. 5).

Os objetivos dessa cooperação agrícola, nos assentamentos, devem estar voltados para:

- a) o desenvolvimento da produção e progresso econômico dos assentados, isto é, a garantia de se ter acesso a capital e tecnologias;
- b) aumento da produtividade do trabalho e criar condições para a agroindústria e indústria;
- c) desenvolvimento social e melhoria das condições de vida das famílias, habitação, luz elétrica, cultura, educação;
- d) cultivar a política do MST e os valores do homem novo: humanistas e socialistas;
- e) vincular-se a um projeto estratégico de mudança da sociedade e, portanto de luta;
- f) servir de exemplo e de alianças na

⁵ (MST, 1996. Caderno de Formação n. 23; <http://www.mst.org.br>, acessado em 21 de outubro de 2003, às 18:40 horas).

sociedade para que ela se una na luta pela reforma agrária; g) garantir a organização dos assentados, massificando e politizando; h) as diferentes formas de cooperação têm um vínculo com a organização política do MST; i) ser uma retaguarda econômica do MST e liberação e preparação de quadros; j) ser uma forma de resistência ao capitalismo. Sem ilusões, mas continuar lutando; a cooperação deve ser vista como um meio; o objetivo final é a transformação social e a melhoria permanente das condições de vida (MST, 1995. Caderno de cooperação agrícola n.4).

Para o MST a luta pela terra é uma experiência de cooperação. No sentido de que os Sem Terra tiveram que se unir e se organizar para a obtenção de cada pedaço de terra que conquistaram. E acresce que a cooperação agrícola, propriamente dita, tem início quando são conquistadas as primeiras áreas de terra e com elas o desafio de viabilizar a produção (disponível <http://www.mst.org.br>, acessado em 05 de fevereiro de 2005, às 18:30 horas).

Para que essa forma superior de organização da produção nos assentamentos, a cooperação, como ato teleológico do MST, seja implementada, foi construído o SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados), no ano de 1989 e mais tarde, em 1992, foi fundado a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil).

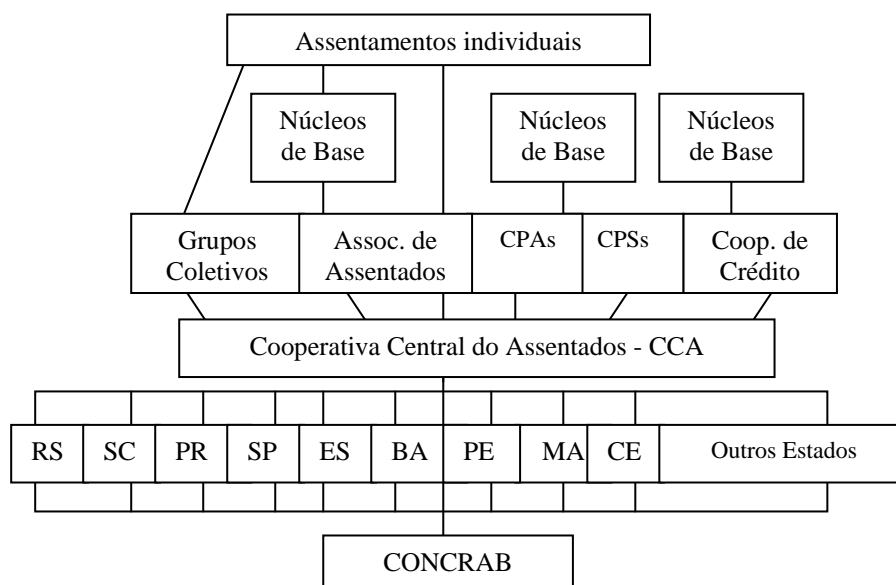
O SCA é uma das formas que expressam a busca do MST pela teleologia na sua constituição. Corresponde ao setor de produção e comercialização; articula as diversas formas de cooperação e contribui na construção e implantação da estratégia geral do MST. Constitui a retaguarda econômica para a formação e liberação de militantes e dirigentes do MST, criando condições materiais para a luta. Contribui para o desenvolvimento da consciência política da base social e para o relacionamento com outros segmentos da sociedade, auxiliando-os na sua organização. Possibilita aos assentados vivenciar novos valores; elabora políticas para a organização da produção nos assentamentos; atua na formação de quadros organizadores da cooperação; busca aumentar a produtividade do trabalho para garantir melhorias nas condições de vida das famílias assentadas. Frente à estratégia do MST, o SCA deverá alimentar a esperança de que a transformação da sociedade é possível (MST, 1998, Caderno de Cooperação Agrícola n.5).

Outra ação do MST, a Concrab, em sua teleologia, representa juridicamente o SCA, e tem como funções: coordenar políticas gerais e de planejamento para o desenvolvimento das cooperativas nos assentamentos; organizar uma escola nacional para suprir necessidades de técnicos nas áreas administrativas, financeiras e agrônômica; manter um departamento de projetos de maior escala, estudo de mercado e de agroindústrias; atividades de exportação e importação; representar cooperativas frente a organismos públicos e internacionais; articular-

se com outras Confederações agrícolas (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, n. 116, maio-junho de 1992, MST, 1998, Caderno de Cooperação Agrícola n.5).

Os princípios para a cooperação agrícola desenvolvidos pela SCA são: gestão democrática; neutralidade religioso, racial e partidária; ser mais uma ferramenta de luta da classe trabalhadora contra o capitalismo; distribuir sobras; direção coletiva; organização da base social via núcleos; massificar a cooperação entre os assentados (disponível www.mst.org.br, acessado em 05 de fevereiro, às 18:30 horas).

Organograma do SCA busca incorporar toda a forma de organização da produção nos assentamentos (www.mst.org.br, acessado em 20 de outubro de 2004, às 18:00 horas):



Nesse movimento constante, razão de sua existência, o MST vai se fixando enquanto idéia operante (experimentações) na busca pela humanização dos homens. O ponto culminante é agora a cooperação agrícola. No período de 1989 à 1993 estruturam-se e ampliam-se, através do SCA, todas as suas formas de organização da produção, tais como: Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA); Cooperativas de Produção, Comercialização e Prestação de Serviços (as CPS, CPPS, CPSR); Cooperativas de Crédito e também as Cooperativas Centrais de Reforma Agrária (CCAs) e outros tipos de associações, tais como os condomínios.

O ato teleológico que vai consolidando o MST está, ainda nesse momento, recheado pela valorização da riqueza que se materializa na construção de cooperativas; de agroindústrias; de espaço para os jovens em empresas promissoras como técnicos especializados; liberação de alguns poucos militantes, não todos; na agregação de valor aos

produtos; no acesso a tecnologias etc. A busca pela humanização dos seus homens ainda não se faz de um novo tipo, reproduz as formas advindas do modo de produção capitalista.

Tanto o SCA como a Concrab buscam objetivar o MST, enquanto ato teleológico na produção da vida dos homens assentados, fazem só desvelar o limite da forma histórica capitalista. A partir de 1993, esse sistema entra em crise, alguns passam a acreditar que a sua implantação foi um equívoco, outros afirmam que se trata de uma crise de crescimento, para supera-la, segundo o MST, se faz necessário avançar no entendimento da cooperação nos assentamentos, em dominar avançadas técnicas administrativas burguesas. Esse modelo passa a sofrer mudanças significativas: as CPAs, que são a forma de organização da produção totalmente coletivizada, continuam sendo a forma superior de organização e estratégias do MST mas somente devem ser constituídas em condições muito bem definidas, uma vez que elas não aglutinam a todos; as Cooperativas de Prestação de Serviços mostraram-se mais massificadoras da cooperação agrícola nos assentamentos, em vista de que elas não envolvem a produção, estão voltadas para o setor de serviços. Para o MST o que determina a possibilidade de avançar na organização da produção não é o tamanho do lote e, sim, a sua localização, modelo tecnológico, volume de capital e mercado, ou seja, o que orienta e organiza a cooperação é o capital e não a terra; a introdução de agroindústrias nos assentamentos é ponto estratégico para o desenvolvimento de todos os assentados, envolve a juventude no sentido de que cria uma perspectiva de vida à ela e agrega valor às mercadorias; à impossibilidade de haver um desenvolvimento autônomo nos assentamentos sem a presença do Estado, que deverá desempenhar um papel indutor da cooperação, via crédito, assistência técnica e pesquisa, esse Estado deverá ser controlado e dirigido pela classe trabalhadora (MST, 1998. Caderno de Cooperação Agrícola n.5).

A despeito da crise o MST prossegue no seu movimento de auto-criação. Seu ato teleológico em germinação ainda não é suficiente para a produção de homens humanizados desprovidos de singularidades capitalistas.

O MST, na sua busca, passa a construir um cooperativismo alternativo ao modelo cooperativista tradicional capitalista. Um cooperativismo organizado sobre outras bases e valores, que possibilite a apropriação dos instrumentos de gestão pelos trabalhadores e a constituição de mercado popular entre o campo e a cidade; que respeite as diferenças regionais e aponte para um novo modelo tecnológico, a representante desse modelo é a

Concrab e não a OCB (Organização Cooperativista Brasileira) (MST, 1997. Caderno de Formação n. 21). Os seus princípios são⁶:

	Cooperativismo Alternativo
1. Caráter da Sociedade	Político (visa à transformação da empresa econômica, busca melhorar a condição de vida dos assentados).
2. Finalidade	Produção (organização da produção, da roça até a industrialização).
3. Organização do trabalho	Produção familiar e cooperativada (visa incentivar e desenvolver a cooperação).
4. Base da Cooperativa	Trabalha com todos os associados.
5. Valorização do associado	Visa ser massiva. Trabalha para não perder os associados. Por isso, busca formas de incluí-los.
6. Classe dos associados	Uniclassista (só pequenos). Alguns colocam estatutariamente limite de terra para se associar.
7. Distribuição das sobras	Deve ser distribuída para o associado em dinheiro ou em serviços.
8. Direção	Coletiva e de responsabilidade pessoal. A direção legal fica em segundo plano.
9. Poder dos associados para defender seus interesses	Através dos núcleos.
10. Organização cooperativista	Construir um espaço alternativo.
11. Método	Dar condições para os associados descobrirem, perceberem.
12. Núcleos	Ferramenta para construir a organicidade. Funciona de baixo para cima.
13. Acesso às informações	Alto.
14. Participação dos associados	Alta.
15. Planejamento	De baixo para cima.
16. Formação	Política, ideológica e técnica.
17. Associado	A mulher, o homem (casal) e os filhos maiores que trabalhem.
18. Desenvolvimento	Conforme projeto de desenvolvimento regional.
19. Participação na luta	Política e econômica.
20. Projetos ou planos	O associado participa da elaboração.
21. Rotação de dirigentes	Deve ser investido na formação de novos dirigentes.
22. Preocupação com a viabilidade	Do conjunto dos associados.

Em suas ações teleológicas, o MST, a partir de 2000 passa a construir um Projeto Popular para o Brasil através da Consulta Popular, a qual que envolve a participação de todos os segmentos sociais que lutam por uma nova ordem sócio-política. A construção desse Projeto Popular continua, hoje, sendo um dos objetivos políticos do MST. E com o Governo Lula, através de políticas públicas, e da esperança de realização efetiva da reforma agrária, vê-

⁶ MST, 1997. Caderno de Formação n. 21.

se vinculado ao Governo, entretanto vêm, também, aos poucos perdendo essa ilusão. Para o MST,

A eleição de Lula, em 2001, representou a vitória do povo brasileiro e a derrota das elites e de seu projeto. Mas, mesmo essa vitória eleitoral não foi suficiente para gerar mudanças significativas na estrutura fundiária e no modelo agrícola. Assim, é necessário promover, cada vez mais, as lutas sociais para garantir a construção de um modelo de agricultura que priorize a produção de alimentos e a distribuição de renda. (disponível www.mst.org.br, acessado em 06 de abril de 2004 às 21:00 hs)

Organizar todos os trabalhadores da sociedade da mesma forma como que se organizaram os assentamentos e os acampamentos é a mais recente teleologia do MST. Alguns dos experimentos objetivando a construção desse caminho tem sido implementados em alguns estados brasileiros, como foi o realizado na Grande Florianópolis nos anos de 2002 e 2003, e agora em abril de 2005 em Pernambuco, onde acampam trabalhadores desempregados urbanos em conjunto com os rurais.

Intensificar a organização dos pobres para fazer lutas massivas em prol da Reforma Agrária; articular-se com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre o campo e a cidade, priorizando as categorias interessadas na construção de um projeto político popular; Desenvolver com os trabalhadores desempregados a ocupação das áreas ociosas nas periferias das cidades e organizar atividades produtivas; realizar atividades de formação política em conjunto com jovens da classe trabalhadora; apoiar os movimentos de luta pela moradia; buscar unidade entre as organizações do campo e da cidade; fazer lutas massivas; intensificar a organização dos pobres. (disponível www.mst.org.br, acessado em 06 de abril de 2005 às 21:00 hs.)

Da luta por um lote de terra, como base da vida, os sem-terra transformam-se em lutadores pela modificação da estrutura social brasileira, cujo resultado é a elaboração da proposta de um Projeto Popular para o Brasil. O mecanismo para elaborá-lo é a participação da população em todas as etapas desse projeto, pois, ao participar, a população se mobiliza tal qual os trabalhadores rurais sem-terra o fazem nas ocupações, nos acampamentos e nos assentamentos. A finalidade desse projeto é que esta práxis fortalece a organização dos trabalhadores assalariados e dos excluídos da sociedade e, em consequência disso, constituir-se-ão em cidadãos participativos e conscientes de seus direitos sociais.

Destarte, por volta de 2000, o MST compreende que uma nova vida para os trabalhadores rurais sem-terra no Brasil só pode se reproduzir e se consolidar se houver uma profunda mudança na sociedade como um todo e não somente nas formas de produção nos seus assentamentos, principalmente na forma de cooperativas. A luta para resolver os

problemas na agricultura brasileira deve estar atrelada à luta por um novo projeto sócio-político e econômico para o Brasil. Porém, a elaboração deste projeto deve percorrer o mesmo caminho histórico vivenciado pelos integrantes do MST, desde os primeiros passos da luta pela terra até às reivindicações por mudanças nas políticas agrária e agrícola do governo nacional. Esta estratégia de ação política objetiva ampliar a participação de camadas cada vez maiores da população brasileira, fundamentalmente dos desempregados e dos excluídos socialmente. Esta práxis tem sido conhecida e implementada como Consulta Popular. Projeto este que deveria ser discutido e implementado pelo Governo Lula, todavia, até o momento, não tem havido sinais de tal realização. Entretanto, neste movimento de experimentações, sua teleologia, o MST vem construindo a sua condição de ser.

No entendimento do MST, a construção do Projeto Popular para o Brasil é o salto histórico que o vincula à sociedade, ao urbano e a todas as outras organizações sociais populares, como sindicatos e partidos políticos de esquerda, além de se constituir em uma proposta de novo modelo de desenvolvimento para o Brasil.

Este Projeto deve:

- a) produzir uma análise científica da realidade brasileira, destacando a natureza das questões econômicas e sociais para resolver problemas como: desemprego, terra, alimentação, educação, saúde e moradia, isto é, produzir uma proposta para um desenvolvimento com justiça social.
- b) Propor que estas soluções de desenvolvimento se transformem em bandeiras populares;
- c) Estimular, apoiar e fortalecer as lutas de massa, pois somente grandes mobilizações casadas com a proposta do projeto é que poderão alterar a correlação de forças e ir forjando esse novo modelo de desenvolvimento nacional e, assim, produzir, a partir das necessidades e experiências concretas, novas formas orgânicas de acumulação de forças em torno deste projeto. (MST, 2001:26)

A construção teórica desse Projeto deve levar em conta, fundamentalmente: a reorganização da economia voltada para as necessidades básicas da população, distribuição de renda e de riqueza; democratização da propriedade dos meios de produção, acesso homogêneo aos bens de consumo básicos; democratização do Estado e desenvolvimento de novas formas de exercício do poder; desenvolvimento de novos valores sociais e culturais que coloquem a vida humana e o bem estar de todos no centro dos objetivos da sociedade; garantia da soberania nacional e da possibilidade de construir uma nação moderna, desenvolvida, independente do capital internacional e de sua dominação cultural e ideológica;

garantir a participação popular em todos os aspectos do governo e da vida na sociedade (MST, 2001:26-28).

Assim, tem-se de discutir e implementar mecanismos concretos, os quais eduquem e organizem o povo para este novo Projeto. Esses mecanismos poderiam ser: construção de conselhos populares como exercício do poder popular de fato; estimular, quando necessário, campanhas contra leis e projetos impostos que são contrários aos interesses populares; promover campanhas nacionais para que os trabalhadores entendam sua força tal qual a Marcha a Brasília e o plebiscito contra a dívida externa e interna. (MST, 2001:28)

Esse projeto popular para o Brasil tem subdivisões. Uma delas é o projeto popular para a agricultura que está em debate em movimentos e entidades que se articulam na via campestre, tais como: Associação Brasileira da Reforma Agrária (ABRA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB).

Seus objetivos são: reforma agrária; reorganização da produção e do uso da terra em benefício de toda a sociedade; estímulo à cooperação agrícola como forma de desenvolvimento social das forças produtivas; um novo modelo tecnológico; a agroindústria cooperativada; desenvolvimento integrado do meio rural; soberania alimentar e mercado interno; a distribuição de renda e o desenvolvimento agrícola; o desenvolvimento do meio rural como base para enfrentar o desemprego; a democracia popular (MST, 2001:2-43). As pressões junto ao Governo Lula para essa implementação tem trazido respostas tênues que não implementam as condições propostas pelo MST, entretanto este tem conseguido alguns projetos de políticas públicas que permitem a sua reprodução, não diferentes do efetivado por outros governos. O MST, neste ano, volta-se para seu interior e vem realizando novamente ocupações como forma de pressão, chamando trabalhadores desempregados urbanos para aglutinar-se à luta, mostrando-se assim, com vigor, para toda a sociedade, apesar da perda da ilusão de realização de sua forma de ser, através do Governo Lula.

Nesse sentido, o MST vai caminhando e nessa construção tece a si mesmo enquanto agente social na busca por uma sociedade superior a capitalista, embora ainda gire em torno de um constante movimento, e não em torno da própria existência humana. Ou seja, seu centro gravitacional é o movimento e não o homem (a vida).

O MST vai se legitimando como agente social a partir de seu próprio movimento, que pode ser definido resumidamente em alguns períodos históricos:

<p>Período: 1979 à 1984</p> <p>Lema: “Terra para quem nela trabalha”</p> <p>Processo organizativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lutas isoladas; - Primeiro Encontro Nacional de Fundação do MST em janeiro de 1984; - Resolução de problemas concretos e mobilização contra o regime militar e ocupações de terra locais. - 1983 primeira experiência de organização coletiva do trabalho e da terra no MST a “Associação de Agricultores de Nova Ronda Alta” no estado do Rio Grande do Sul. - Busca da superação da “forma artesanal”⁷ de organização do trabalho por organizações coletivas como associações, cooperativas etc.
<p>Período: 1985 à 1988:</p> <p>Lema em 1985: “Sem Reforma Agrária não há democracia”</p> <p>Lema a partir de 1986: “Ocupação é a única solução”</p> <p>Processo organizativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ocupações articuladas e massivas de terras e de órgãos públicos acompanhadas por greves de fome; - incentivo a organização da produção totalmente coletiva; - I Congresso Nacional do MST em janeiro de 1985; - Implementação da cooperação⁸ na produção.
<p>Período: 1988 à 1990</p> <p>Lema: “Ocupar, Resistir, Produzir”</p> <p>Processo organizativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - expansão do MST; - criação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e 1989; - Implantação do MST na região nordeste com pequenas ocupações; - Desenvolve-se a resistência de massas; - II Congresso Nacional do MST em maio de 1990.
<p>Período: 1990 à 1992</p> <p>Lema: “Ocupar, Resistir, Produzir”</p> <p>Processo organizativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - levar a luta pela terra para a cidade através de jornadas nacionais conjuntas; - continuidade das ocupações de terras e órgãos públicos; - principal forma de luta: as caminhadas. - Aberturas de diversas cooperativas por todo território nacional; - Fundação da Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil).
<p>Período: 1993 à 1994</p> <p>Lema: “Ocupar, Resistir, Produzir”</p> <p>Processo organizativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - jornadas massivas; - construção do “Fórum dos trabalhadores rurais” com ações nas capitais e principais centros urbanos; - Grito da Terra Brasil I
<p>Período: 1995 à 1999</p> <p>Lema: “Ocupar, Resistir, Produzir”</p> <p>Processo organizativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - III Congresso Nacional em julho de 1995;

⁷ É a forma de organização da produção simples, com pouca ou nenhuma divisão do trabalho. O MST busca a superação do que ele chama de “vícios” impostos por essa forma artesanal de trabalho na qual, segundo ele, a auto-suficiência prescinde da análise; o espontaneísmo exclui o planejamento como é o processo produtivo individual, em que o camponês desenvolve uma visão personalista como uma das características de seu universo cultural e das superestruturas sociais que abarca. O que ele chama de vícios são o individualismo, o personalismo, o espontaneísmo, o anarquismo, o imobilismo, o comodismo, a auto-suficiência.

⁸ Cooperação para o MST é a aglutinação de pessoas buscando a ajuda. Na produção a utilização da cooperação traz a divisão técnica do trabalho. “Através da divisão social [na verdade, divisão técnica] do trabalho, cada trabalhador se especializa em uma linha de produção ou tarefa. Assim começaram a fazer as coisas cada vez melhor, aumentando a produção, diminuindo custos, diminuindo o tempo de trabalho” (MST, 1998:21, Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).

<ul style="list-style-type: none"> - Marcha nacional pela reforma agrária e pelo emprego em abril de 1996; - Aumentam as ocupações, duplicando a base social dos que lutam pela terra; - Multiplicam-se as experiências de cooperação agrícola e de agroindústrias nos assentamentos; - Marcha nacional em 1999; - Crise nas formas de organização coletiva da produção e em menor proporção nas formas semi-coletivas; - Reestruturação do Sistema Cooperativista dos Assentados e da Concrab; - Desenvolvimento de princípios para a cooperação agrícola; - Estruturação de um cooperativismo alternativo; - Massificação das Cooperativas de Prestação de Serviços; - Incentivo a qualquer forma de organização coletiva da produção nos assentamentos.
<p>Período: 2000 à 2005</p> <p>Lema: “Por um Brasil sem latifúndio”</p> <p>Processo organizativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IV Congresso Nacional em agosto de 2000; - Luta contra a ALCA (Acordo de Livre Comércio nas Américas); - Segue com sua luta pela Reforma Agrária por um Brasil justo, soberano, igualitário e por um continente livre da Alça; - Construção de um Projeto Popular para o Brasil; - Buscar a unidade entre as organizações do campo e da cidade; - Ações contra os transgênicos

O processo da constituição do MST pode ser sistematizado na afirmação e superação dos conteúdos de lema e marcam cada período de sua existência: Período: 1979 à 1984, Lema: “Terra para quem nela trabalha”; Período: 1985 à 1988, Lema em 1985: “Sem Reforma Agrária não há democracia”, Lema a partir de 1986: “Ocupação é a única solução”; Período: 1988 à 1990, Lema: “Ocupar, Resistir, Produzir”; Período: 1990 à 1992, Lema: “Ocupar, Resistir, Produzir”; Período: 1993 à 1994, Lema: “Ocupar, Resistir, Produzir”; Período: 1995 à 1999, Lema: “Ocupar, Resistir, Produzir”; Período: 2000 à 2005, Lema: “Por um Brasil sem latifúndio”.

A superação do modo de produção capitalista na forma de MST ainda tem como teleologia, a posse da terra, a reforma agrária, a constituição de acampamentos e assentamentos, a constituição de um cooperativismo alternativo ao modelo tradicional e o fim do latifúndio.

Após lutas e lutas contra as forças conservadoras da ordem vigente, o MST admite que sua reprodução como movimento social e político ocorrerá na medida em que os trabalhadores brasileiros se unam e construam um Projeto Popular para o Brasil. Este Projeto é teleologia norteadora das ações de todos os trabalhadores que não mais conseguem encontrar respaldo material e social para sua reprodução como seres sociais, mesmo que na forma burguesa.

Para além de nossas reflexões e da teleologia norteadora das ações do MST é a história que certificará os caminhos de se colocar o ser social no centro de sua própria gravidade.

Bibliografia:

AUED, Idaleto Malvezzi. GRADE, Marlene. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: fabricando uma nova sociedade. **IV Encontro da Sociedade de Economia Política**, São Paulo, 2001.

CONCRAB. **Caderno de Cooperação Agrícola n. 08**. A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999). São Paulo, Concrab: agosto de 1999.

GRADE, Marlene. AUED, Idaleto Malvezzi e. Sistema Cooperativista dos Assentados: dilemas e avanços por uma produção coletiva. **III Encontro da Sociedade de Economia Política**, Fortaleza, 2000.

GRADE, Marlene. **MST: luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista**. Dissertação de Mestrado em Economia, Florianópolis, 2000.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

------. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas: Jesus Ranieri. – São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. e ENGELS, F. **La ideologia alemana**: Trad. Wenceslao Roces. Buenos Aires: Pueblos Unidos, 1973.

MST. **Construindo o Caminho**. São Paulo: MST, julho de 2001.